



câmbios
currency exchange

albufeira algarve

since 1995

RELATÓRIO E CONTAS 2018

RELATÓRIO E CONTAS

2018

INDICE

- RELATÓRIO DE GESTÃO
- ATA DE APROVAÇÃO DE CONTAS
- BALANÇO
- DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
- MAPA DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INCORPÓREAS
- DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
- DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
- ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS
- RELATÓRIO DE AUDITORIA

V I AGÊNCIA DE CÂMBIOS LDA

RELATÓRIO DE GESTÃO

ANO : 2018

1 - Introdução

A V I AGÊNCIA DE CÂMBIOS LDA, com sede social em PRAÇA MIGUEL BOMBARDA, N.º 17, com um capital social de 150.000,00 €, tem como atividade principal o exercício de todas as atividades e operações legalmente autorizadas às agências de câmbios e designadamente a compra e venda de notas e moedas estrangeiras e de cheques de viagem. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de Dezembro de 2018.

O presente relatório é elaborado nos termos do artigo 66.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da V I AGÊNCIA DE CÂMBIOS LDA, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta.

2 - Enquadramento Económico

Após uma aceleração da atividade mundial em 2017 e de acordo com a generalidade dos analistas, durante 2018 continuou a registar-se uma expansão sólida da economia mundial apesar de se notar um certo nível de abrandamento. Devido essencialmente ao aumento dos custos comerciais e ao desfavorecimento das condições financeiras em algumas partes do mundo, o declínio do crescimento económico em muitas das grandes economias antecipou-se ao que era previsto.

Desde a última crise económica, várias medidas conseguiram melhorar a estabilidade financeira, tanto a nível global como ao nível de cada país, mas o trabalho permanece incompleto em muitos aspetos. Devido à materialização de alguns riscos, como o aumento do protecionismo comercial, e também de uma perspetiva económica mais fraca em algumas das principais economias emergentes, registou-se uma maior disparidade nas taxas de crescimento entre os diferentes países.

Num contexto de elevada incerteza política, uma intensificação das tensões comerciais pode abalar os sentimentos dos mercados comerciais e financeiros, bem como estimular a sua volatilidade, diminuindo o investimento e o comércio. No mesmo sentido, um aumento das barreiras comerciais trará necessariamente ruturas nas cadeias de fornecimento globais, que se tornaram uma parte integrante do processo produtivo nas últimas décadas, bem como atrasar a expansão de novas tecnologias, levando à redução da produtividade e bem-estar globais.

Ainda assim, as condições dos mercados financeiros e de trabalho continuaram favoráveis, bem como os elevados níveis de confiança dos agentes económicos das principais economias avançadas.

2.1. A Nível Internacional e Europeu.

Ao longo do primeiro semestre de 2018, o crescimento do PIB mundial manteve-se robusto, mas notou-se alguma disparidade na evolução da atividade entre as diversas economias, tendo-se verificado um abrandamento do crescimento na área do euro, no Reino Unido e no Japão, e o oposto nos Estados Unidos. Segundo dados do Banco de Portugal, nos Estados Unidos registou-se um aumento em termos homólogos de 2,7% do PIB, ficando acima do ritmo de crescimento registado ao longo de 2017, o que reflete a manutenção do crescimento do consumo privado e das condições monetárias e financeiras favoráveis, bem como da aceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e das exportações, não esquecendo a melhoria continuada da situação no mercado de trabalho. Para a área do euro, como já referido, a atividade económica registou um abrandamento face ao crescimento forte registado em 2017, ainda assim mantendo um crescimento robusto (2,3% em termos homólogos, face a 2,8% no segundo semestre de 2017). No Reino Unido, o PIB aumentou 1,2% em termos homólogos, mas ficou abaixo do crescimento registado no segundo semestre de 2017 (1,5%). Em termos anuais, o Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê um crescimento do PIB mundial de 3,7%.

A expansão da atividade foi acompanhada de um aumento moderado da inflação total, impulsionada pelo aumento dos preços

de energia nos primeiros seis meses do ano, com comportamentos diferenciados entre as maiores economias. Nas economias avançadas, a inflação core (excluindo produtos alimentares e energéticos) continuou abaixo dos objetivos dos bancos centrais. Na área do euro, para a primeira metade de 2018 a inflação aumentou face ao final de 2017, depois de alguma irregularidade nos primeiros meses do ano. Já nas economias emergentes, excluindo a hiperinflação da Venezuela, a inflação core permaneceu abaixo da média dos últimos anos.

Segundo dados do FMI, a taxa de variação homóloga do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) excluindo bens alimentares e energéticos situou-se em torno dos 1,0% durante o primeiro semestre de 2018, superando os níveis particularmente baixos registados em 2014 e 2015. Para o conjunto do ano, prevê-se um aumento da inflação, tanto nas economias avançadas - onde se prevê uma taxa de 2,0%, comparando com 1,7% no ano anterior - como nas emergentes e em desenvolvimento (excluindo a Venezuela) - de 4,3% para 5,0% -, refletindo os recentes aumentos nos preços dos bens. Para a área do euro, o BCE prevê que a inflação homóloga medida pelo IHPC se situe nos 1,8% em 2018.

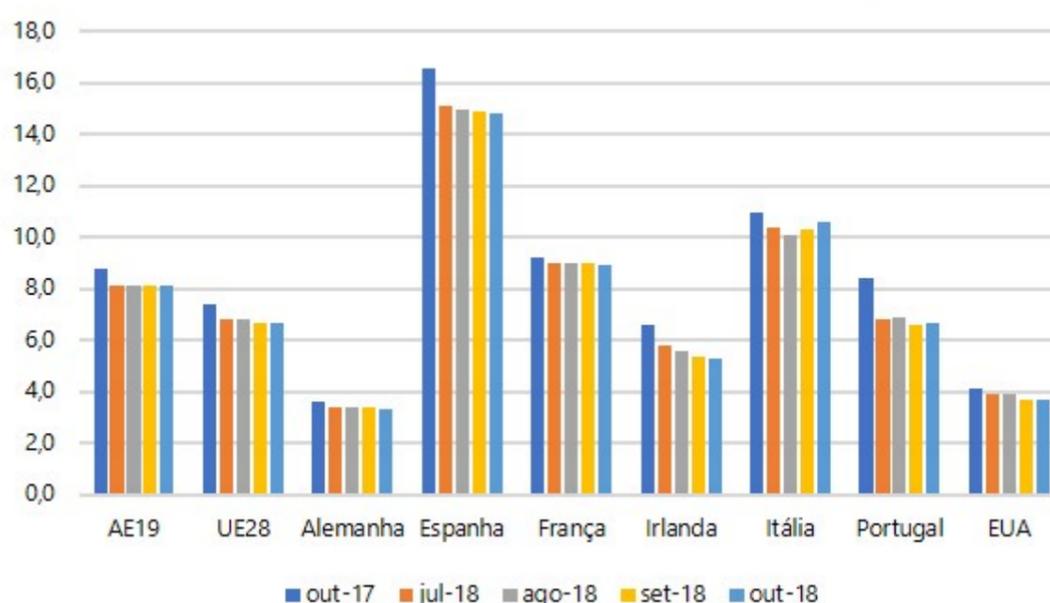
Em relação às transações económicas, num contexto de desaceleração da atividade global e de tensões comerciais associadas a anúncios de políticas protecionistas, a taxa de crescimento do comércio mundial de bens desacelerou para os 4,4% no primeiro semestre de 2018, comparando com os 5,2% registados no segundo semestre de 2017, ainda assim continuando num ritmo de crescimento sólido. Quanto às importações, verificou-se também um abrandamento nas economias avançadas.

Na Europa, tanto as exportações como as importações desaceleraram na área do euro e no Reino Unido. Ainda assim, para a área do euro registou-se um crescimento do consumo privado ao longo do primeiro semestre de 2018, apesar de ligeiramente inferior ao verificado em 2017, continuando a ser suportado pelas condições financeiras favoráveis e pela melhoria do mercado de trabalho. Já no Reino Unido, ficou ligeiramente abaixo do registado em 2017, situando-se nos 1,1%. No mesmo período, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) registou um crescimento de 2,4% na área do euro, em termos homólogos, representando, ainda assim, uma desaceleração face aos 2,9% registados no segundo semestre de 2017. Também a procura interna manteve um crescimento robusto, em particular a FBCF. Quanto à procura externa, o BCE prevê que esta se situe nos 4,3% em 2018. No Reino Unido, verificou-se um abrandamento notório da FBCF no primeiro semestre de 2018, de 3,3% para 1,1%, em grande parte devido aos elevados níveis de incerteza dos investidores empresariais, no seguimento das dificuldades ao nível das negociações referentes à saída da União Europeia. Em relação às administrações públicas, o BCE estima que o défice orçamental da área do euro tenha diminuído significativamente em 2018, espelhando as condições cíclicas favoráveis e a descida dos pagamentos de juros.

Em relação às economias emergentes, continuou a registar-se uma expansão económica idêntica à de 2017, apesar da taxa de crescimento ter sido mais diversificada entre as maiores economias, tendo-se registado um crescimento forte na China e na Índia, mas uma desaceleração no Brasil e na Turquia, tendo o aumento do preço do petróleo impulsionado o crescimento nas economias exportadoras de petróleo na África Subsariana e no Médio Oriente.

Quanto ao emprego, na área do euro continuou a registar-se um aumento, tendo-se situado cerca de 2,0% acima do nível mais alto atingido antes da crise, segundo dados do Banco de Portugal. O número de cidadãos empregados aumentou 0,3% no último trimestre de 2018, segundo dados do Eurostat, o que representa um aumento de 1,2% em termos homólogos. Quanto à taxa de desemprego, segundo dados do BCE, no terceiro trimestre de 2018 verificou-se uma descida para os 8,1%, atingindo o nível mais baixo observado desde finais de 2008. Apesar destes resultados, alguns países da área do euro ainda apresentam uma taxa de desemprego elevada, em alguns casos acima dos valores registados há dez anos. Nos Estados Unidos registaram-se as taxas de desemprego mais baixas desde 2000, verificando-se um aumento salarial mais moderado do que em 2017, refletindo, em parte, os níveis mais baixos de produtividade devidos às tensões comerciais, nomeadamente com a China.

% Total Desemprego Ajustado à Sazonalidade (Eurostat)



Quanto ao petróleo, este apresentou alguma volatilidade ao longo de 2018, tendo o preço do Brent, nos primeiros nove meses do ano, apresentado uma tendência ascendente, atingindo cerca de 86 USD/barril, resultante do prolongamento dos cortes na produção acordados entre os países da OPEP, do colapso da produção na Venezuela e das expectativas de redução das exportações do Irão. Por outro lado, a reunião dos países produtores de petróleo que teve lugar no final de junho fez alterar esta trajetória, tendo sido acordado o aumento da produção de petróleo, o que levou a uma baixa do preço do barril para 71 dólares. Nos últimos meses do ano, verificou-se um significativo crescimento da produção nos EUA, o que levou a uma queda de mais de 20% no preço do petróleo durante o mês de outubro, situando-se perto dos 67 USD/barril, um valor mais próximo dos registados no início do ano.

Em relação aos mercados financeiros, ao longo do primeiro semestre de 2018 registaram-se diversos picos de volatilidade, relacionados com a aplicação de medidas protecionistas dos EUA, bem como à instabilidade política em alguns países da área do euro. Quanto aos principais índices acionistas, registaram-se valores muito diferenciados desde finais de 2017, destacando-se a valorização do índice norte-americano e o desempenho muito negativo do índice chinês, sendo que na área do euro e no Japão também se notou uma queda, apesar de mais contida.

No mercado obrigacionista, as condições nos mercados de obrigações soberanas permaneceram estáveis no último trimestre de 2018, à exceção do mercado italiano, devido à incerteza política envolta nesse país. Quanto às taxas de juro da dívida pública, observou-se uma subida nos EUA e no Reino Unido, sendo que na área do euro registou-se uma maior volatilidade. As yields a longo prazo e os spreads soberanos cresceram genericamente, tendo, em meados de setembro, a yield a 10 anos do Tesouro dos EUA subido para cerca de 3,0%, enquanto que as yields alemãs desceram para 0,45%, e as do Reino Unido permanecido nos 1,5%, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI).

No mercado cambial, no primeiro semestre de 2018, registou-se uma tendência de apreciação das moedas das economias avançadas, especialmente do dólar norte-americano – que desde fevereiro tem-se fortalecido em 6,5% em termos efetivos, segundo dados do FMI -, e de depreciação das moedas das economias emergentes, excluindo a China, pelo menos até ao final de junho onde, devido às tensões comerciais com os EUA, começou a registar-se uma depreciação da moeda chinesa. Em relação ao euro, nos últimos meses verificou-se um enfraquecimento de cerca de 1% em termos nominais, registando uma

depreciação de 1,7% no último trimestre de 2018, devido à depreciação contra o yen japonês e da libra, tendo-se também registado uma depreciação face ao renminbi da China (1,7%), ao real do Brasil (15,5%) e ao rublo da Rússia (5,3%), segundo dados da Comissão Europeia e do BCE. Ainda assim, desde novembro que o euro conseguiu manter-se estável em relação ao dólar americano.

Assim, e tendo por base dados do BCE, a cotação EUR/USD no início de 2018 situava-se nos 1,2065, tendo apresentado um perfil ascendente até meados de abril, registando-se de seguida uma queda até meados de agosto, onde chegou a atingir os 1,137, começando depois a apresentar uma maior volatilidade até ao final do ano, tendo fechado com 1,145. O perfil foi idêntico quanto à cotação EUR/CHF, mas com uma maior volatilidade, tendo começado nos 1,1718, atingindo o valor máximo de 1,1986 no final de abril e o valor mínimo de 1,1275 em setembro, terminando o ano nos 1,1269. Quanto à libra esterlina, verificou-se uma elevada volatilidade ao longo do ano, apesar das taxas cambiais iniciais e finais face ao EUR não terem praticamente sofrido alteração (0,88953 e 0,89453, respetivamente). Em relação ao iene, verificou-se uma trajetória descendente ao longo do ano, tendo começado em 135,35 e terminando com 125,85.

2.2 A nível Nacional

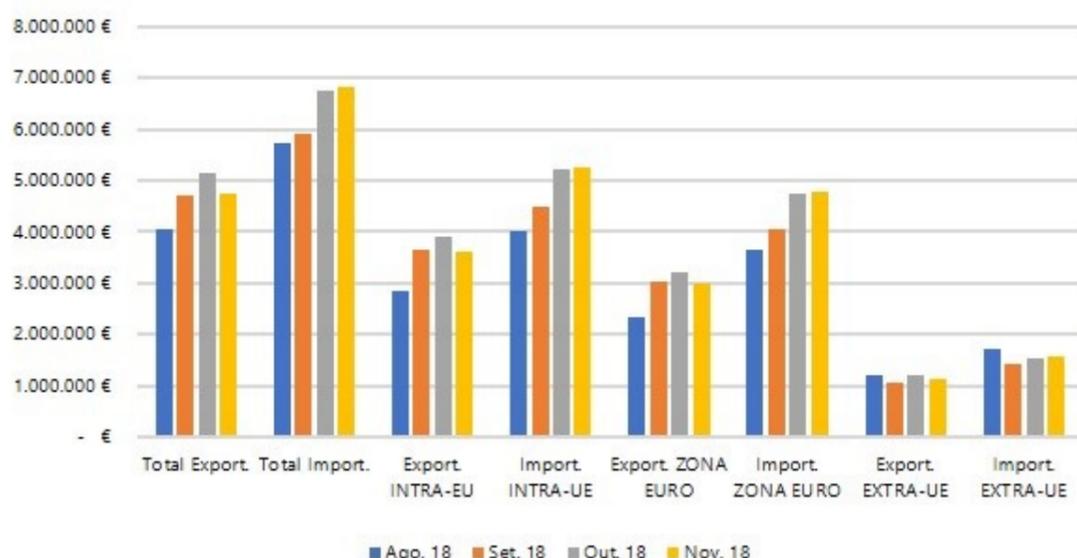
Os mais recentes dados disponibilizados pelo Banco de Portugal apontam para uma continuação da expansão económica em 2018, embora a um ritmo mais moderado e inferior ao observado em 2017, influenciado por uma procura externa menos dinâmica, notando-se, contudo, um enquadramento externo favorável à economia portuguesa. Durante o primeiro semestre de 2018, registou-se um crescimento do PIB de 2,3% em termos homólogos, 0,2% abaixo do registado no segundo semestre de 2017. Para o conjunto do ano, as projeções do Banco de Portugal encontram-se alinhadas com as da Comissão Europeia, prevendo um crescimento do PIB de 2,1%.

Este ritmo mais moderado de crescimento da atividade económica influenciou as exportações e a FBCF, que desaceleraram no primeiro semestre de 2018. Esta última reduziu para 4,0% no primeiro semestre de 2018, em comparação com os 7,7% registados no segundo semestre de 2017, em grande parte devido ao segmento da construção, com o crescimento muito forte do investimento em obras públicas verificado em 2017. Em relação às exportações, cresceram 6,0% no mesmo período, após um aumento de 6,7% no segundo semestre de 2017. Este menor crescimento resulta da conjugação de uma ligeira aceleração do crescimento das exportações de bens, em particular no setor automóvel, com uma desaceleração das exportações de serviços, principalmente no tocante ao turismo, tendo os exportadores portugueses de bens e serviços continuado a ganhar quota nos mercados externos, apesar do ganho ter sido inferior ao verificado no ano de 2017. Quanto às importações, verificou-se uma desaceleração, passando de um crescimento de 7,9% no segundo semestre de 2017 para 6,4% no primeiro semestre de 2018, tanto na componente de bens como de serviços, apesar de mais acentuada no segundo caso.

A evolução das exportações portuguesas encontra-se em linha com a desaceleração da procura externa, que cresceu apenas 3,4% em termos homólogos no primeiro semestre de 2018, abaixo dos 4,9% registados na segunda metade de 2017, refletindo o abrandamento das importações intra-área do euro. Por outro lado, registou-se uma ligeira aceleração do consumo privado tendo, no mesmo período, crescido 2,5% em termos homólogos, refletindo o crescimento do rendimento disponível real das famílias e os níveis historicamente elevados da confiança dos consumidores.

No primeiro semestre de 2018, o VAB registou um crescimento em termos reais de 1,8% face ao período homólogo que, tal como em anos anteriores, foi inferior ao crescimento do PIB, refletindo o abrandamento do crescimento dos impostos líquidos de subsídios. Em relação à inflação, a taxa média foi de 1,2% em 2018, segundo dados da Comissão Europeia, mostrando alguma volatilidade ao longo do ano, representando uma diminuição de 0,5% em relação a 2017, associada sobretudo ao comportamento dos preços dos serviços.

Evolução Comércio Internacional (INE)
Valores Mensais (10³ EUR)



Em relação à balança corrente de capital, segundo o Banco de Portugal, a mesma registou um défice de 1,7% do PIB, superior em 0,8% em relação ao período homólogo, essencialmente devido ao aumento do défice da balança de bens – de 5,8% do PIB no primeiro semestre de 2017 para 6,7% no primeiro semestre de 2018, refletindo o crescimento em volume mais forte das importações do que das exportações – e da balança de rendimento primário, cujo défice aumentou 0,4% nos mesmos períodos, situando-se nos 3,7%. De frisar também, em sentido oposto, o aumento do excedente da balança de serviços, também em 0,4%, ficando em 6,7% do PIB.

Em termos da balança financeira, Portugal continuou a ser recetor líquido de fundos, tal como ocorreu no primeiro semestre de 2017. No primeiro semestre de 2018, esta balança ficou caracterizada por uma alteração do perfil dos setores institucionais que investiram e se financiaram no exterior, sendo que as sociedades não financeiras reduziram o seu financiamento externo, enquanto que as administrações públicas obtiveram um financiamento externo marginalmente positivo. A estabilidade das condições de financiamento dos bancos tem sido acompanhada de uma aceleração do crédito bancário, num quadro em que as taxas de juro estão em níveis historicamente baixos.

A capacidade de financiamento da economia portuguesa foi de 0,7% do PIB no primeiro semestre de 2018, registando uma diminuição de 0,4% face a 2017, refletindo o aumento do investimento e a redução da poupança em rácio do PIB. Ainda assim, o endividamento da economia portuguesa face ao exterior mantém-se em níveis muito elevados, tanto em termos históricos como em comparação a outros países da área do euro. Em novembro, a dívida pública voltou a registar um novo máximo histórico, superando já os 251 mil milhões de euros. Apesar do aumento nominal, continuou a registar-se uma dinâmica descendente da dívida pública em rácio do PIB, tendo-se situado nos 124,9% no final do primeiro semestre de 2018, o que representa uma quase estabilização face ao final de 2017 (124,8%), devido à conjugação de um excedente primário com uma taxa de juro do stock da dívida inferior ao crescimento nominal da economia, ainda assim permanecendo uma das mais elevadas da área do euro. Esta é uma área fundamental para a economia portuguesa, uma vez que os elevados níveis de endividamento continuam a ser uma das suas principais vulnerabilidades.

Segundo dados do INE, o défice das administrações públicas situou-se em 1,9% na primeira metade de 2018 o que, em comparação com o período homólogo, corresponde a uma redução de 4,2%. A receita corrente registou um crescimento de 3,1% no primeiro semestre, resultado do forte crescimento da receita de impostos sobre a produção e importação e das

contribuições sociais efetivas, que mais do que compensaram a queda registada na coleta dos impostos sobre o rendimento e o património - tendo registado uma diminuição homóloga de 1,5%, em parte explicada pelo diferente perfil de pagamento de reembolsos em sede de IRS e do diferimento do prazo do pagamento da autoliquidação do IRC -, destacando o aumento de 4,0% da receita de IVA, influenciada pelas alterações na cobrança do IVA sobre as importações extra-UE. Já o crescimento das rubricas de capital, ficaram aquém das estimativas para o conjunto do ano (6,3% que compara com 28,7%), podendo estar associado a uma execução de fundos comunitários abaixo do previsto.

Por fim, em relação aos mercados de dívida soberana, a taxa de juro média dos leilões de Bilhetes do Tesouro, no que respeita às emissões de curto prazo, situou-se em -0,35% em 2018, o que compara com os -0,25% de 2017. Já nas taxas de colocação a longo prazo, na maturidade de 9-10 anos, a taxa média dos leilões foi de 1,8%, menos 1,2% do que em 2017.

Quanto ao mercado de trabalho, a recuperação da atividade produtiva contribuiu para a sua melhoria, registando-se um crescimento robusto do emprego e uma queda acentuada da taxa de desemprego. Em relação ao primeiro, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística, registou-se um crescimento de 2,8% em termos homólogos no primeiro semestre de 2018, ainda assim traduzindo uma desaceleração de 0,5% face ao segundo semestre de 2017. Apesar desta desaceleração, continuou a exceder o crescimento da atividade. Quanto à taxa de desemprego, situou-se nos 7,0% em 2018, tendo diminuído 1,9% relativamente a 2017, tendo-se registado no segundo trimestre de 2018 o valor mais baixo desde o segundo trimestre de 2004. Já o número de desempregados, em 2018 diminuiu 20,9% em relação ao ano anterior, o que poderá contribuir para um maior crescimento dos salários. Contudo, devido ao cenário de evolução demográfica adversa, com uma tendência de redução da população residente e respetivo envelhecimento, o crescimento da população ativa tem abrandado, tendo-se registado em 2018, em termos de média anual, um aumento de apenas 0,3% face a 2017, o que compara com um crescimento de 0,8% no conjunto deste último.

3 - Análise da Atividade e da Posição Financeira

No período de 2018 os resultados espelham uma evolução negativa da atividade desenvolvida pela empresa. De facto, o volume de negócios atingiu um valor de 119.891,12 €, representando uma variação de (37,50) % relativamente ao ano anterior.

A evolução dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura, são apresentadas nos gráficos seguintes:



Estrutura de Rendimentos

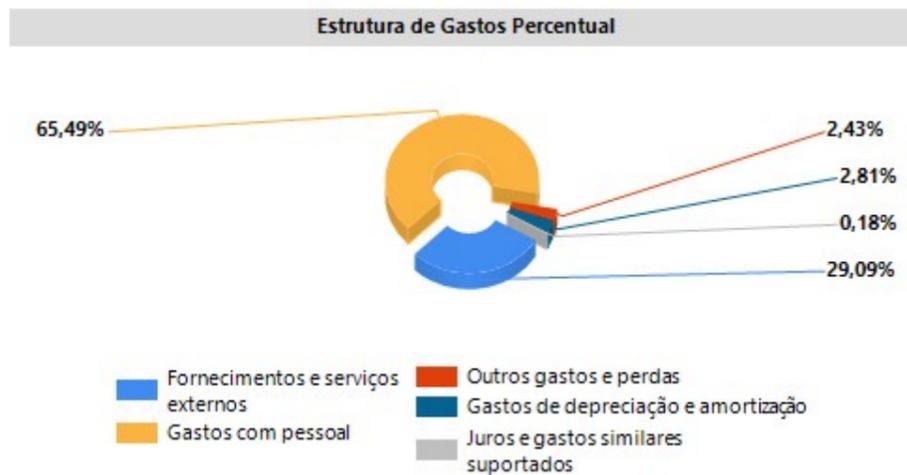


A gerência considera que os resultados ficaram aquém do que era esperado para este exercício, no entanto continua a apostar na sua estabilidade e desenvolvimento, quer a nível económico-financeiro, quer ao nível de quota de mercado detida.

Relativamente aos gastos incorridos no período económico ora findo, apresenta-se de seguida a sua estrutura, bem como o peso relativo de cada uma das naturezas no total dos gastos da entidade:

Estrutura de Gastos

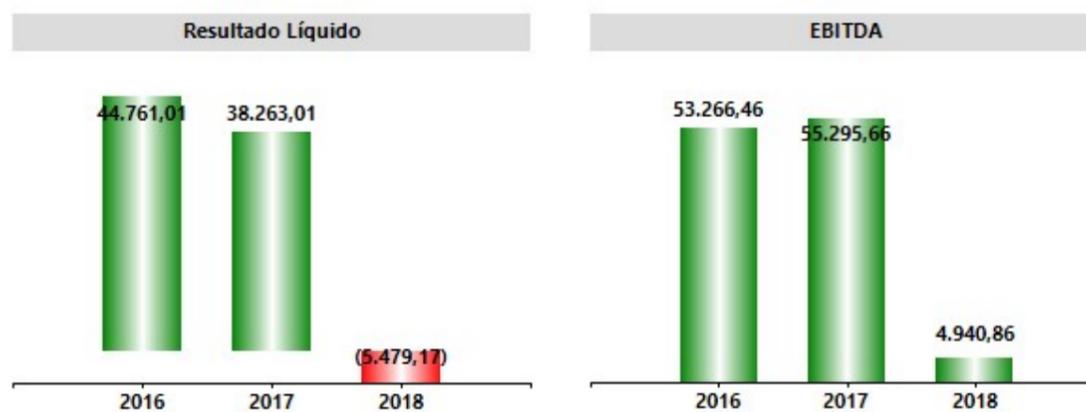




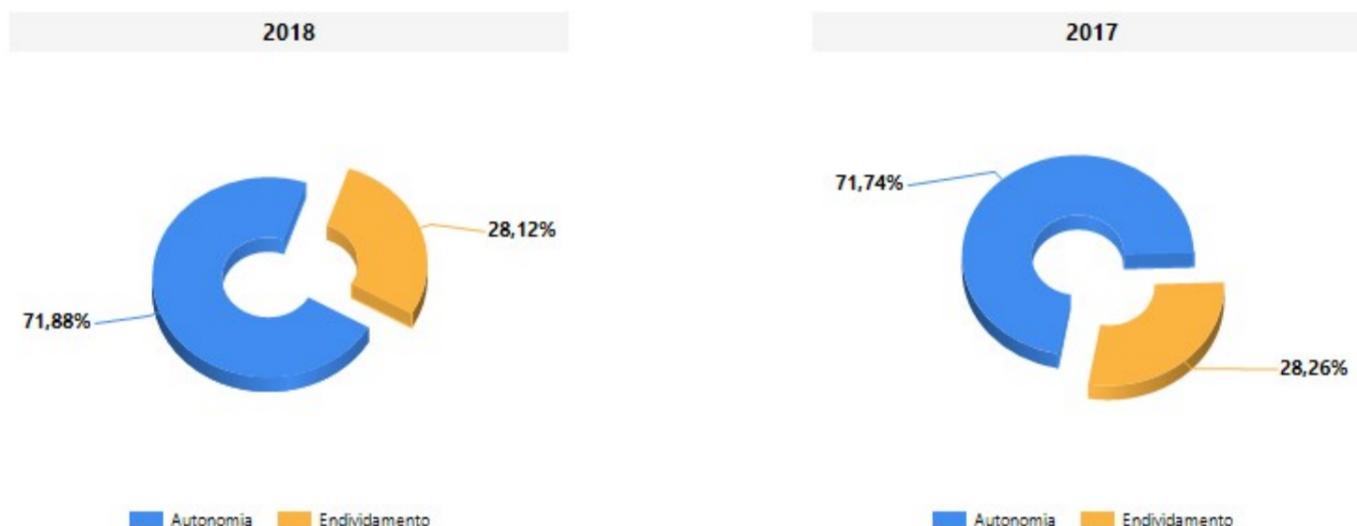
No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo nº de efetivos. Durante o exercício de 2018 a entidade manteve o efetivo médio de 7 trabalhadores ao serviço.

RUBRICAS	PERIODOS		
	2018	2017	2016
Gastos com Pessoal	112.664,38	102.254,64	95.691,69
Nº Médio de Pessoas	7,00	7,00	7,00
Gasto Médio por Pessoa	16.094,91	14.607,81	13.670,24

Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a entidade apresentou, comparativamente ao ano anterior os seguintes valores de EBITDA e de Resultado Líquido.



Em resultado da sua atividade, a posição financeira da entidade apresenta, também comparativamente com o ano anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da entidade através da análise dos seguintes itens de balanço:

ESTRUTURA DO BALANÇO

RUBRICAS	2018		2017	
Ativo não corrente	100.167,89	39 %	98.679,88	38 %
Ativo corrente	154.469,02	61 %	169.340,79	62 %
Total ativo	254.636,91		268.020,67	

RUBRICAS	2018		2017	
Capital Próprio	183.037,70	72 %	188.516,87	72 %
Passivo não corrente	0,00	0 %	0,00	0 %
Passivo corrente	71.599,21	28 %	79.503,80	28 %
Total Capital Próprio e Passivo	254.636,91		268.020,67	

A entidade exerceu a atividade de "Compra e venda de notas, moedas estrangeiras e cheques de viagem" e dispõe de 4 lojas no centro da cidade de Albufeira. O seu principal mercado de clientes são oriundos do Reino Unido.

4 - Proposta de Aplicação dos Resultados

A no período económico findo em realizou um resultado líquido de €, propondo a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	
ANO	2018

Relativamente á aplicação dos Resultados foi deliberado pela assembleia geral, por unanimidade, que os mesmos fossem transferidos para Resultados Transitados.

5 - Expetativas Futuras

5.1. Cenário macroeconómico

Num contexto de maturação do ciclo económico, as projeções macroeconómicas do BCE apontam para uma recuperação do crescimento no curto prazo, refletindo a melhoria das condições no mercado de trabalho, balanços mais robustos e uma diminuição gradual dos estímulos de política monetária e orçamental nas principais economias avançadas – nomeadamente nos EUA – bem como da desaceleração da economia chinesa. Tanto para 2019 como para 2020, o FMI prevê que o crescimento global se mantenha nos 3,6% e, posteriormente, deverá diminuir 1% até 2023.

Nas economias avançadas, o crescimento deverá descer para os 2,1% em 2019. Mais concretamente, para os Estados Unidos, é expectável que o crescimento decresça em 2019 e 2020, devido às recentes medidas de comércio anunciadas, bem como ao abrandamento do estímulo fiscal. Também para a área euro e para o Reino Unido é projetável um decréscimo em 2019, sendo que para o primeiro o BCE projeta uma descida do PIB real anual para 1,7% em 2019 e 2020, e 1,5% em 2021, estando relacionado sobretudo com o enfraquecimento gradual do comércio mundial, pela crescente escassez da oferta de mão de obra em alguns países, e pelas condições financeiras ligeiramente menos favoráveis. Quanto ao Reino Unido, a sua política monetária deverá manter-se flexível, em resposta às alterações das condições associadas às negociações do *Brexit*. Durante os próximos cinco anos, a dívida pública deverá diminuir em grande parte das maiores economias, projetando-se também um crescimento robusto do investimento, em cerca de 5,5%, segundo dados do FMI. Investir em infraestruturas físicas e digitais poderá fomentar o crescimento nas economias avançadas.

Já nas economias emergentes, o crescimento deverá manter-se nos 4,7% até 2019, refletindo o fortalecimento da atividade das economias exportadoras de bens, sendo projetável um crescimento nos países exportadores de petróleo, mas espera-se um decréscimo em economias como a Argentina, Brasil, Irão e Turquia, entre outros, refletindo as condições financeiras mais restritivas e as tensões geopolíticas. Também se prevê uma descida de 0,3% no crescimento das economias emergentes da Ásia, em grande parte devido às medidas comerciais recentemente anunciadas, sendo, ainda assim, expectável que a sua expansão se mantenha.

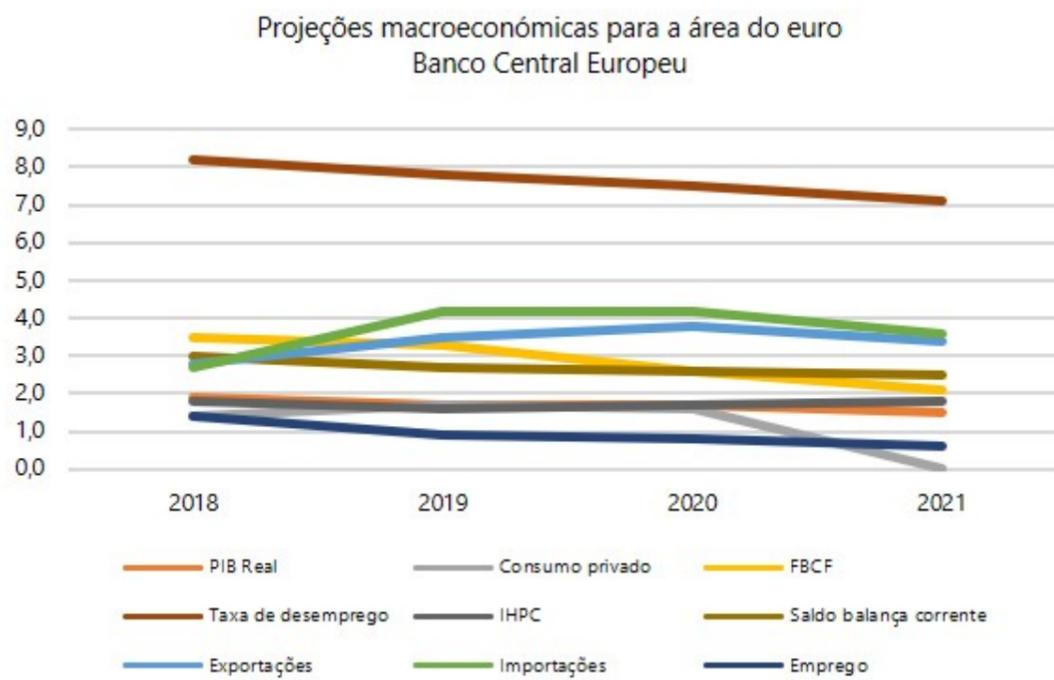
Em relação à taxa de desemprego, segundo o BCE, é espectável que esta desça para 7,1% em 2021, continuando a registar-se uma diminuição do número de desempregados, aproximando-se dos níveis mínimos anteriores à crise financeira, projetando-se também um aumento da remuneração por trabalhador, prevendo-se situar nos 2,7% em 2021. Ainda assim, o crescimento do emprego, entre 2019 e 2020, deverá abrandar substancialmente, devido sobretudo ao aumento da escassez de oferta de mão de obra em alguns países. A expansão da população ativa deverá manter-se, apesar de mais moderada, refletindo os valores líquidos relativos à imigração de trabalhadores e à integração de refugiados. Contudo, espera-se também que estes valores sofram gradualmente com o impacto do envelhecimento da população, que continuará a ser superior à entrada de jovens no mercado de trabalho. Estima-se que até 2035 nos países de baixo rendimento, o número de pessoas a chegar à idade laboral exceda as do resto do mundo em conjunto. Criar novos empregos que absorvam estas novas entradas será vital

para o bem-estar social e político.

Quanto à inflação, na área do euro prevê-se uma diminuição da inflação dos preços dos produtos energéticos e dos preços dos futuros do petróleo bruto, sendo que a inflação homóloga medida pelo IHPC deverá situar-se nos 1,6%, aumentando 1% nos anos seguintes, até 2021. Para os EUA, espera-se que a inflação se situe em torno dos 2,1% até 2020, segundo estimativas do *Federal Open Market Committee*, um valor ligeiramente acima do objetivo de política monetária da Reserva Federal. No Reino Unido, segundo dados do Banco de Portugal, as projeções são para uma taxa de 2,0%, refletindo o desaparecimento gradual do impacto da depreciação passada da libra que influenciou a evolução da inflação durante o ano de 2017, e a acumulação gradual de pressões internas sobre os preços e os efeitos de alterações de impostos e tarifas de alguns produtos e serviços implementados ao longo deste ano.

Em relação às exportações, o seu crescimento irá atenuar-se em 2019, devido à desaceleração da procura externa. O consumo privado deverá manter-se resiliente, apoiado por condições de financiamento bancário favoráveis. O fornecimento global de petróleo deverá aumentar gradualmente no curto prazo, o que fará baixar os preços do petróleo situando-se, em termos médios anuais, em cerca de 66 USD/barril. No médio prazo, espera-se que o aumento nos preços dos produtos se dissipe, incluindo os preços do petróleo, que se deverão situar nos 60 USD/barril em 2023.

Quanto às administrações públicas, a melhoria global das perspetivas orçamentais é impulsionada, para além da evolução cíclica favorável, pelos pagamentos de juros mais baixos. Para a área do euro, em termos da projeção orçamental, após uma diminuição significativa em 2018, o BCE prevê um ligeiro aumento durante o corrente ano. Até 2021, o rácio do défice das administrações públicas deverá cair de 1,0% do PIB em 2017 para 0,6%, diminuição que também se espera ocorrer quanto ao rácio agregado da dívida pública, de 86,8% do PIB para 79,0% nos mesmos períodos, continuando, ainda assim, a exceder o valor de referência de 60% do PIB em vários países.



Já no médio prazo, o FMI projeta um abrandamento do crescimento global, sendo expectável um enfraquecimento das condições financeiras, devido à normalização das políticas monetárias. Nos EUA, deverá ser implementado um plano para reverter o aumento da dívida pública, acompanhado de medidas fiscais que impulsionem gradualmente a sua capacidade doméstica, de forma a assegurar uma maior sustentabilidade económica. Na área do euro, o BCE prevê uma continuação da expansão económica, com a diminuição das taxas de juro - implicando uma melhoria das condições de financiamento -, bem

como da restritividade da política orçamental, do crescimento do consumo privado e do investimento. Esta expansão irá contribuir para um aumento das exportações e da procura externa. Contudo, existe um risco associado ao ajustamento abrupto nos mercados da dívida soberana, que poderá levar a tensões nos mercados financeiros e, conseqüentemente, a uma deterioração das condições de financiamento. Uma intensificação dos conflitos no Médio Oriente e em África poderá impulsionar os fluxos migratórios para a Europa, potencialmente aprofundando as divisões políticas.

Quanto às economias emergentes, as mesmas devem estar preparadas para um ambiente de maior volatilidade, no seguimento de alguns riscos verificados, bem como o esperado aumento das taxas de juro das economias avançadas. Muitos destes países continuam a lutar contra desafios não económicos, como o aumento das temperaturas, desastres naturais e conflitos internos. Muitos dos países de baixo rendimento continuam a enfrentar riscos substanciais, nomeadamente derivados do enfraquecimento das condições financeiras a nível global e da intensificação das tensões comerciais.

Neste sentido, estes países devem tentar tirar proveito do atual ambiente de recuperação do crescimento global. O ambiente de contínua expansão oferece uma janela de oportunidades para políticas e reformas avançadas que possam estender este mesmo ambiente e melhorar o crescimento a médio prazo, enquanto se criam proteções para a próxima recessão, reforçando a resiliência a um meio onde as condições financeiras podem-se restringir de forma imprevista. Neste sentido, muitas das economias emergentes devem adotar reformas fiscais para garantir a sustentabilidade das suas finanças públicas.

Em resumo, políticas fiscais inclusivas, investimento na educação e garantir o acesso à saúde são uma prioridade, com o intuito de reduzir a desigualdade, sendo também de elevada importância políticas que encorajem a inovação tecnológica e que promovam a participação das forças de trabalho, especialmente a inclusão económica de mulheres e jovens. A interdependência económica é maior do que nunca – através do comércio, finanças, migração e impactos ambientais, por exemplo – e isso torna a cooperação em áreas comuns igualmente importante, incluindo para as economias avançadas. Os países precisam de trabalhar em conjunto, lidando com desafios que se estendem para lá das suas fronteiras, de forma a reduzir os custos comerciais, bem como reforçar a cibersegurança, combater a corrupção e mitigar as alterações climáticas.

5.2 Cenário Interno

Segundo o Banco de Portugal, a economia portuguesa enfrenta importantes desafios, como sendo a evolução demográfica - devido à redução da população e ao seu envelhecimento -, o aumento dos níveis de capital por trabalhador e a necessidade de criar um enquadramento conducente a um maior crescimento do investimento, tanto em qualidade como em quantidade, uma vez que durante o recente período recessivo registou-se uma queda acentuada do investimento em Portugal.

No médio e longo prazo, Portugal continuará a enfrentar alguns constrangimentos ao crescimento, nomeadamente no respeitante ao investimento, apesar dos progressos realizados nos últimos anos no tocante ao funcionamento dos mercados e à redução do endividamento dos diversos setores da economia. No entanto, no curto prazo e num cenário de subutilização de recursos produtivos, é possível que a atividade económica possa crescer a um ritmo superior ao do produto potencial sem gerar pressões inflacionistas.

Até 2021, no alinhamento das projeções para a área do euro, a economia portuguesa também deverá continuar com a trajetória de crescimento da atividade, embora verificando alguma desaceleração, ligada à fase de maturação do ciclo económico. Neste sentido, o PIB deverá situar-se nos 1,8% em 2019, e descer 1% em cada ano do horizonte de projeção, estimando-se um crescimento médio anual entre os 3,5% e os 4%, em comparação com os 7,8% registados em 2017. Para este ritmo menos positivo contribuirá a desaceleração das exportações, bem como o aumento das importações, que deverão em 2020 ter uma variação próxima de 5%. Por outro lado, o aumento do turismo poderá contribuir positivamente para o crescimento económico, apesar de apresentar um perfil de desaceleração, prevendo-se que este seja superior à procura externa, que deverá permanecer estável ao longo do horizonte de projeção, aproximando-se do ritmo previsto para o comércio mundial. No final deste intervalo temporal, as exportações em termos reais deverão atingir um crescimento de cerca de 70% face ao nível observado antes da crise financeira, contribuindo em 50% para o valor do PIB desse ano.

Ainda no curto prazo, a economia portuguesa deverá manter a sua capacidade líquida de financiamento face ao exterior, à semelhança do observado desde 2012, medida pelo saldo conjunto da balança corrente e de capital, que deverá permanecer estável ao longo do horizonte de projeção, situando-se nos 1,3% até 2020, idêntico à média verificada em 2017, aumentando para 1,6% em 2021.

Até 2020, irá sentir-se uma redução do défice da balança de rendimento primário, refletindo o perfil projetado para os juros da dívida pública - cuja taxa de juro implícita permanecerá ligeiramente abaixo dos 3% no horizonte 2019-2020 - e, por outro lado, o aumento do saldo da balança de capital, em grande parte devido à evolução dos recebimentos de fundos comunitários, o que se traduzirá numa alteração da composição do saldo das balanças correntes e de capital, uma vez que a redução do saldo da balança de bens e serviços será compensada pela evolução das balanças de rendimento primário e de capital.

Esta taxa de juro implícita da dívida pública aponta para uma desaceleração do investimento público, que irá pesar na FBCF, a qual deverá manter uma elasticidade face ao PIB superior à média histórica, esperando-se uma desaceleração de 6,6% em 2019 para 4,9% em 2021, essencialmente devido ao investimento empresarial que, até ao final do horizonte de projeção, deverá ultrapassar o nível registado no início da crise financeira em 2008. Este dinamismo irá ter um peso importante no PIB em 2021 (de 14,3%).

Em relação ao emprego, após ter-se verificado um crescimento muito dinâmico em 2017, estima-se que este continue com essa trajetória, mas de forma menos acentuada. Também na taxa de desemprego se verificará uma continuação da trajetória descendente, apesar de num ritmo mais moderado do que o verificado nos últimos 3 anos, devendo atingir os 5,3% em 2021. Estes resultados irão dever-se essencialmente à evolução positiva do emprego no setor privado, uma vez que se projeta uma desaceleração do emprego público. Devido ao aumento do salário mínimo em 2018, irá verificar-se, no curto prazo, uma aceleração dos salários e dinamização do emprego, esperando que se retomem aos valores médios históricos ao longo de 2019-2021. No longo prazo, o capital humano deverá permanecer como um fator potencial do crescimento, devendo notar-se um ligeiro aumento da população ativa ao longo do horizonte de projeção, para o qual contribui o gradual aumento da idade da reforma e a continuação do aumento da participação feminina no mercado de trabalho, que também contribuirá para o aumento da produtividade, fator crucial para um maior crescimento da economia portuguesa.

Voltando ao horizonte de projeção 2019-2021, o aumento dos custos salariais, bem como das margens de lucro, levarão a um ligeiro aumento da inflação, que deverá apresentar um perfil moderadamente ascendente, situando-se em média nos 1,5% (medida pela taxa de variação do IHPC). Ainda assim, esta deverá manter-se abaixo dos valores projetados para a área do euro. Este aumento dos custos salariais, provocará também uma variação positiva no consumo que, ainda assim, deverá registar uma desaceleração até 2021, devido essencialmente ao abrandamento da componente de bens não duradouros, em linha com a evolução do rendimento real disponível.

Por fim, na origem dos principais riscos às atuais projeções encontra-se o enquadramento externo, sendo o aprofundamento de mecanismos que permitam uma coordenação macroeconómica mais eficaz, uma partilha eficiente do risco e uma maior resiliência a choques desfavoráveis, essencial para garantir a estabilidade macroeconómica e as condições para o crescimento económico no futuro.

5.3 Evolução previsível da sociedade

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que futuro próximo a empresa restabeleça o seu crescimento, embora de forma gradual, por forma a equiparar os resultados obtidos no exercício anterior.

Continua a apostar no desenvolvimento de uma política de redução de custos e na manutenção dos postos de trabalho.

Considera-se dotada de instalações adequadas para fazer face ao desejável crescimento do volume de negócios e consequentemente evolução na obtenção de resultados positivos para o próximo exercício.

No entanto, quaisquer previsões serão difíceis de precisar, pois a recessão económica continua presente, bem assim como a situação instável vivida no Reino Unido, nosso principal cliente, constitui para nós um desafio.

6 - Outras Informações

A não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de quotas próprias. Aliás a entidade não é detentora de quotas ou ações próprias.

Após o termo do exercício não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras no termo do período económico de .

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus administradores. Não lhes foram concedidos quaisquer empréstimos nem adiantamentos por conta de lucros.

A entidade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela entidade.

Não existem dívidas em mora perante o setor público estatal.

Também não existem dívidas em mora perante a segurança social.

7 - Considerações Finais

Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da .

À instituição Unicâmbio - Instituição de Pagamento Sa, nossa parceira comercial, agradecemos toda a colaboração e confiança.

Às entidade bancárias, que assumiram connosco o risco do negócio, o nosso reconhecimento.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações do Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo.

A Gerência:

Carlos Santos

ATAS

Ata Número Nove – Livro nº2

Aos trinta dias, do mês de Março, do ano de dois mil e dezanove, pelas 10 horas, na sua sede social sita em Praça Miguel Bombarda, número dezassete, na Freguesia e Concelho de Albufeira, reuniu a Assembleia Geral da sociedade por quotas, de responsabilidade limitada denominada “V.I. – Agência de Câmbios, Lda”, inscrita na Conservatória do Registo Comercial de Albufeira, com o número único de matrícula e de identificação fiscal quinhentos e três, seiscentos e vinte e seis, duzentos e trinta e seis, e com o capital social de Cento e Cinquenta mil euros, estando presentes todos os sócios, a saber: _____

---- Carlos Augusto Cabrita dos Santos, residente na casa das Amendoeiras, Vale da Ursa, Guia, Albufeira, contribuinte fiscal número cento e treze, oitocentos e oitenta e cinco, seiscentos e um, detentor de uma quota no valor nominal de setenta e cinco mil euros. _____

---- Nélia dos Santos Correia Cabrita dos Santos, residente na casa das Amendoeiras, Vale da Ursa, Guia, Albufeira, contribuinte fiscal número cento e vinte cinco, seiscentos e sessenta e seis, cento e dez, detentora de uma quota no valor nominal de setenta e cinco mil euros, _____

----Decidiram constituir-se em assembleia geral, nos termos do artigo 54º do código das sociedades comerciais para deliberar sobre o seguinte assunto da ordem do dia: _____

----- Ponto único: Apreciação e deliberação sobre o Balanço, Resultados e demais contas relativas ao exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e dezoito.

---- Obtido o voto favorável de todos os sócios assumiu a presidência da mesa da assembleia geral o sócio Carlos Augusto Cabrita dos Santos. _____

----Pelo Presidente da mesa foi referido que não havia sido expedida convocatória desta reunião, mas, face à presença de todos os sócios e à sua vontade já expressa de se constituírem em assembleia geral, não existia impedimento legal ao regular funcionamento da assembleia desde que respeitada a ordem do dia já referida. _____

----Declarou, então, aberta a sessão, dando início à apreciação do ponto único da ordem do dia: _____

---- Procederam à verificação das contas relativas ao exercício nomeadamente Balanço e Resultados, as quais apresentaram um Resultado Líquido negativo de cinco mil, quatrocentos e setenta e nove euros e dezassete cêntimos. _____

----Após análise e discussão foram as mesmas submetidas a votação, tendo sido deliberada por unanimidade a sua aprovação. _____

----No que concerne à afetação dos resultados do exercício foi deliberado por unanimidade que os mesmos fossem transferidos para Resultados Transitados. _____

----Nada mais havendo a tratar, o presidente encerrou a sessão pelas doze horas, dando por concluídos os trabalhos desta Assembleia, de que, para constar, se lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, vai ser assinada por todos os presentes. _____

Carlos Augusto Cabrita dos Santos

Nélia dos Santos

BALANÇO

V.J. AGÊNCIA DE CÂMBIOS, LDA
Praça Miguel Bombarda, 17
Albufeira
NIPC 503626236

Ano 2018
Mês Dezembro

Base de reporte: Individual - NIC

Ano - Atividade Global					
	Notas	Ativo Bruto	Provisões, Imparidades e amortizações	Ativo Líquido	Ano anterior
		1	2	3=1-2	4
Ativo					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1	81.942,90		81.942,90	97.492,50
Disponibilidades em outras instituições de Crédito	2	892,02		892,02	367,75
Aplicações em instituições de crédito	3	55.000,00		55.000,00	55.000,00
Outros Ativos tangíveis	4	210.630,49	110.819,89	99.810,60	98.491,75
Ativos intangíveis	5	6.007,46	6.007,46	0,00	0,00
Outros Ativos	6	22.267,43		22.267,43	16.668,67
Total do Ativo		376.740,30	116.827,35	259.912,95	268.020,67
Passivo					
Passivo não corrente					
Recursos de outras instituições de crédito	7			6.082,51	13.964,85
				6.082,51	13.964,85
Passivo corrente					
Recursos de outras instituições de crédito	8			7.817,52	7.691,51
Outros Passivos	9			62.975,22	57.847,44
Total do Passivo				76.875,25	79.503,80
Capital					
Capital	10			150.000,00	150.000,00
Outras reservas e resultados transitados	11			38.516,87	253,86
Resultado do exercício				-5.479,17	38.263,01
Total de Capital				183.037,70	188.516,87
Total de Passivo e Capital				259.912,95	268.020,67

O Responsável pela Contabilidade

Ana Santos
CC 87298

O Gerente

Carlos Santos

Carlos Santos

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

V.I. AGÊNCIA DE CÂMBIOS, LDA
Praça Miguel Bombarda, 17
Albufeira
NIPC 503626236

Ano 2018
Mês Dezembro

Base de reporte: Individual - NIC

	Valores em Euros		
	Notas Quadros Anexos	Ano	Ano Anterior
Juros e encargos similares	12	312,84	2.264,08
Margem Financeira		312,84	-2.264,08
Rendimentos de serviços e comissões	13	119.891,12	191.851,33
Encargos com serviços e comissões	14	473,02	305,59
Outros resultados de exploração	15	48.227,57	9.245,17
Produto bancário		167.332,83	198.526,83
Custos com pessoal	16	112.664,38	102.254,64
Gastos gerais administrativos	17	50.040,43	43.240,58
Amortizações de exercício Provisões líquidas de reposições e anulações	18	4.831,15	5.071,88
Resultados antes de impostos		-203,13	47.959,73
Impostos			
Correntes	19	5276,04	9.696,72
Resultado após impostos	19	-5.479,17	38.263,01
Resultado líquido do exercício	20	-5.479,17	38.263,01

Responsável pela Contabilidade

Ana Santos

Ana Santos

CC 87298

O Gerente

Carlos Santos

Carlos Santos

CONTAS	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Transferências	Amortizações do exercício	Regularizações	Abates (líquido)	Valor líquido em 31.12.2018
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Reavaliações (líquido)					
ATIVOS INTANGÍVEIS									
Trespases									
Despesas de estabelecimento	1.702,46	1.702,46							
Custos plurianuais									
Despesas de investigação e desenvolvimento..									
Sistemas de tratamento automático de dados (Software)	4.305,00	4.305,00							
Outras									
Sub Total	6.007,46	6.007,46							
ATIVOS TANGÍVEIS									
Imóveis de serviço próprio	107.773,72	18.591,02				1.616,61			87.566,09
Obras em imóveis arrendados	13.105,23	6.704,79	6.150,00			1.336,02			11.214,42
Outros imóveis									
Equipamento	126.187,22	123.278,61				1.878,52	43.906,68	43.906,68	1.030,09
Património artístico									
Outras imobilizações corpóreas	1.321,00	1.321,00							
Sub Total	248.387,17	149.895,42	6.150,00			4.831,15			99.810,60
ATIVOS EM CURSO									
Imobilizações incorpóreas									
Imóveis									
Equipamento									
Património artístico									
Outras imobilizações corpóreas									
Adiantamentos por conta de imobilizações									
TOTAIS	254.394,63	155.902,88	6.150,00			4.831,15	43.906,68	43.906,68	99.810,60

Responsável pela Contabilidade

Ana Santos

CC N.º 87298

Gerente:

Carlos Santos

Carlos Santos

Registada na CRC de Albufeira sob o nº 503626236

Nif: 503626236

Capital Social: 150.000,00€

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio

Em 31 de Dezembro de 2018

V.I. - AGÊNCIA DE CÂMBIOS, LDA

Praça Miguel Bombarda, 17 Albufeira

(em euros)

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedente de revalorização	Outras variações no CP	Resultado líquido do período	TOTAL do Capital Próprio
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	150.000,00	11.118,21		-10.864,35				38.263,01	188.516,87
Alterações do período:									
Total Alterações do período				38.263,01				-38.263,01	
Resultado líquido do período								-5.479,17	-5.479,17
Operações com detentores de CP:									
Entradas para cobertura de perdas									
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2018	150.000,00	11.118,21		27.398,66				-5.479,17	183.037,70

Responsável pela Contabilidade

Ana Santos

Ana Santos

CC N° 87298

Gerente:

Carlos Santos

Carlos Santos

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

V.I. AGÊNCIA DE CÂMBIOS, LDA

Ano: 2018

Base de Reporte - Individual - NIC

Mês: Dezembro

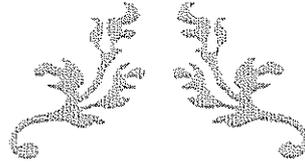
Atividades Operacionais	Valores em Euros
Recebimentos de comissões	119.891,12
Pagamentos de comissões	0,00
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	-150.090,34
Resultados de reavaliação cambial	0,00
Caixa gerada pelas operações	-30.199,22
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-5.276,04
Outros recebimentos/pagamentos	17.456,28
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)	-18.018,98
Atividades de Investimento	
Pagamentos respeitantes a:	
Ativos fixos tangíveis	-6.150,00
Ativos Intangíveis	
Investimentos financeiros	
Outros ativos	
	<u>-6.150,00</u>
Recebimentos provenientes de:	
Ativos fixos tangíveis	9.500,00
Ativos intangíveis	
Investimentos financeiros	
Outros ativos	
Subsídios ao investimento	
Juros e rendimentos similares	
Dividendos	
	<u>0,00</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos (2)	3.350,00
Atividades de Financiamento	
Recebimentos provenientes de:	
Financiamentos obtidos	
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio	
Cobertura de prejuízos	
Doações	
Outras operações de financiamento	
	<u>0,00</u>
Pagamentos respeitantes a:	
Financiamentos obtidos	7.756,33
Juros e gastos similares	785,86
Gratificações de Balanço	
Dividendos	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	
Outras operações de financiamento	
	<u>8.542,19</u>
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)	-8.542,19
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	-23.211,17
Efeito das diferenças de câmbio	
Caixa e seus equivalentes no início do período	97.860,25
Caixa e seus equivalentes no fim do período	82.834,92
Diferenças entre a soma dos fluxos e a variação de caixa	<u>0,00</u>

O Responsável pela Contabilidade

Ana Santos
 Ana Santos
 CC Nº 87298

O Gerente

Carlos Santos
 Carlos Santos



ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

31 DE DEZEMBRO DE 2018



31 DE DEZEMBRO DE 2018
V. I. AGÊNCIA DE CÂMBIOS, LDA
PRAÇA MIGUEL BOMBARDA, Nº 17 ALBUFEIRA

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A V.I Agência de Câmbios, Lda é uma sociedade por quotas, com sede em Praça Miguel Bombarda, nº 17 em Albufeira constituída em 24 de janeiro de 1996, que tem como atividade principal o exercício de todas as atividades e operações legalmente autorizadas às agências de câmbios e designadamente, a compra e venda de notas e moedas estrangeiras e de cheques de viagem.

Todos os valores apresentados no Anexo estão expressos em Euros, salvo indicação de outra moeda.

I – Comparabilidade

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 são comparáveis com as demonstrações do exercício anterior.

No período de 2018, a Entidade manteve o seu referencial contabilístico aplicável, as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas pela União Europeia.

II – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras – Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos

A empresa preparou todas as demonstrações financeiras com base nos livros e registos contabilísticos os quais são mantidos de acordo com os princípios definidos nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), no âmbito do disposto pela União Europeia através do Regulamento 1606/2002 e na sequência do qual foi publicado o Aviso nº5/2015 de 30 de dezembro do Banco de Portugal.

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, no pressuposto da continuidade das operações.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Ativos Tangíveis e Intangíveis

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com a vida útil prevista.

b) Especialização dos exercícios

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio do acréscimo, sendo os rendimentos e os gastos reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

c) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Todos os Ativos e Passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes em 31 de dezembro de 2018 publicadas pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou na data do balanço, foram registradas como rendimentos ou gastos na demonstração de resultados do exercício.

d) Férias e subsídio de férias

A empresa registra como gastos de cada exercício, o valor das remunerações devidas por férias e subsídios de férias, bem como os respectivos encargos sociais, pagáveis no ano seguinte a todos os trabalhadores.

e) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

f) Classificação dos ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente como ativos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os Impostos diferidos e as Provisões são classificados como ativos e passivos não correntes.

g) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

h) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

i) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

j) Derrogação das disposições

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição às IFRS.

III – Principais políticas contábilísticas

a) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da V.I. Agência de Câmbios, Lda são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbios prevalecentes à data da transação.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos de financiamento”, se relacionados com empréstimos ou em “Outros gastos e perdas operacionais”, para todos os outros saldos/transações.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidade até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “passivo corrente”.

c) Capital social

As quotas são classificadas na conta de capital.

d) Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgados como passivos contingentes.

e) Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outros credores que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

f) Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

g) Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizadas pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados numa base linear durante o período de contrato de locação.

h) Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A Empresa baseia as suas estimativas em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até á maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

i) Reconhecimento do rédito em contratos de construção

A Empresa reconhece os resultados das obras de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data do balanço e a soma destes custos com os custos estimados para complementar a obra. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os indicadores mais recentes de produção.

j) Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando exista uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Empresa cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de projetos de investigação e desenvolvimento estão registados em balanço na rubrica “Rendimentos a reconhecer” e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos ativos subsidiados.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

IV – Impostos

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% para a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive e cinco anos a partir de 2001), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2014 e 2017 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A empresa procede ao registo de impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos, sempre que seja provável que sejam gerados lucros fiscais futuros contra os quais as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Refira-se que esta avaliação tem por base o plano de negócios da Empresa, periodicamente revisto e atualizado.

V – Número médio de pessoas ao serviço

Durante o ano de 2018, a Empresa teve um efetivo médio anual de 8 trabalhadores ao serviço, mantendo o efetivo do ano anterior.

Contas do Ativo

1. Caixa

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta de caixa era de 81.942,90.

Caixa	Ano de 2018	Ano de 2017
Caixa – Moeda Nacional	43.228,76	39.593,01
Caixa – Moeda Estrangeira	38.714,14	57.899,49
Total	81.942,90	97.492,50

2. Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta de disponibilidades em outras instituições de crédito era de 892,02.

Instituições de Crédito	Ano de 2018	Ano de 2017
Depósitos á Ordem	892,02	367,75
Total	892,02	367,75

3. Aplicações em Instituições de Crédito

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta de Aplicações em outras instituições de crédito era de 55.000,00.

Aplicações em Inst. de Crédito	Ano de 2018	Ano de 2017
Títulos / Obrigações	55.000,00	55.000,00
Total	55.000,00	55.000,00

4. Ativos Tangíveis

Em 31 de dezembro de 2018, a conta de Ativos Tangíveis apresentava o seguinte valor:

Ativos Tangíveis	Ano de 2018	Ano de 2017
Valor Bruto	210.630,49	248.387,17
Amortizações Acumuladas	110.819,89	149.895,42
Valor líquido em 31.12.2017	99.810,60	98.491,75

5. Ativos Intangíveis

Em 31 de dezembro de 2018, a conta de Ativos Intangíveis apresentava o seguinte valor:

Ativos Intangíveis	Ano de 2018	Ano de 2017
Valor Bruto	6.007,46	6.007,46
Amortizações Acumuladas	6.007,46	6.007,46
Valor líquido em 31.12.2018	0,00	0,00

6. Outros Ativos

Em 31 de dezembro de 2018, o saldo da conta de Outros Ativos era de 22.267,43

Devedores e O. Aplicações	Ano de 2018	Ano de 2017
<u>Devedores e outras aplicações:</u>		
Devedores Diversos		2.375,00
<u>Ativos Financeiros:</u>		
Outros Ativos – Fundo Comp.	357,29	188,13
<u>Proveitos a receber:</u>		
Outros proveitos	3.039,19	5.207,27
<u>Despesas c/ct. Diferido:</u>		
Seguros	167,74	593,30
Rendas	740,18	736,56
Alugueres – Renting	12.000,00	
<u>Outras Ctas. Regularização:</u>		
IRC - PC	5.598,09	566,10
IRC – PEC	364,94	5.627,31
IRC – Retenções		1.375,00
Total Outros Ativos	22.267,43	16.668,67

Contas do Passivo

7. e 8. Recursos para com Instituições de Crédito

Em 31 de dezembro de 2018 a Empresa registava um Empréstimo no montante total de 13.900,03

Recursos Obtidos de OIC	Ano de 2018	Ano de 2017
<u>Passivo não Corrente:</u>		
Empréstimo Santander	6.082,51	13.964,85
<u>Passivo Corrente:</u>		
Empréstimo Santander	7.817,52	7.691,51
Empréstimo CT-CC		
Total	13.900,03	21.656,36

9. Outros Passivos

Em 31 de dezembro de 2018 a Empresa registava nos Outros Passivos um montante global de 62.975,22

Outros Passivos	Ano de 2018	Ano de 2017
<u>Credores Diversos:</u>		
Fornecedores Nac.	2.608,12	833,49
Vencimentos a Liquidar	25.281,00	23.362,82
Outros Credores	20.371,12	13.449,46
<u>Outras Exigibilidades:</u>		
Retenção de Impostos	487,55	363,30
Contribuições Seg. Social	2.691,12	2.464,16
<u>Encargos a pagar:</u>		
Subsídios de Ferias e Enc.	6.260,27	7.677,49
<u>Outras Contas</u>		
IRC Imposto Estimado	5.276,04	9.696,72
Total	62.975,22	57.847,44

10. Capital

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social de 150.000,00 encontrava-se integralmente subscrito e realizado.

Representado em 2 quotas de igual montante de 75.000,00 cada e pertencentes a:

- Carlos Augusto Cabrita dos Santos e Nélia dos Santos C.C. Santos

11. Outras Reservas e Resultados Transitados

Outras Reservas e R. T.	Ano de 2018	Ano de 2017
Reserva Legal	11.118,21	11.118,21
Resultados Transitados	27.398,66	-10.864,35
Total	38.516,87	253,86

Por decisão da Assembleia Geral, realizada a 31 de março de 2019, foram aprovadas as contas do exercício findo e, 31 de dezembro de 2018, com um resultado líquido negativo de (5.479,17) euros, tendo sido deliberado transferir a totalidade para Resultados Transitados.

12. Juros e Encargos Similares

Os Juros e encargos no ano de 2018 foram os seguintes:

Juros e Encargos Similares	Ano de 2018	Ano de 2017
Juros de Empréstimos	312,84	1.787,79
Outros Juros		476,29
Total	312,84	2.264,08

13. Rendimentos de Serviços e Comissões

Os Rendimentos de Serviços e Comissões no ano de 2018 foram os seguintes:

Rendimentos e Encargos Similares	Ano de 2018	Ano de 2017
Ganhos em Operações Financeiras	115.303,77	191.573,35
Comissões	4.587,35	277,98
Total	119.891,12	191.851,33

14. Encargos com serviços e comissões

Os Encargos com Serviços e Comissões no ano de 2018 foram os seguintes:

Encargos e comissões	Ano de 2018	Ano de 2017
De Operações Cambiais		100,13
De Outros Serviços	473,02	205,46
Total	473,02	305,59

15. Outros Resultados de Exploração

Em 31 de dezembro de 2018 a composição dos Resultados de Exploração era a seguinte:

Resultados de Exploração	Ano de 2018	Ano de 2017
<u>Outros Custos:</u>		
Quotizações	120,00	120,00
Outras Perdas Extraordinárias	2.444,94	331,45
<u>Impostos:</u>		
Imposto Selo	183,96	214,31
IUC	298,40	84,36
Taxas	552,36	442,72
Impostos diretos	110,95	110,95
<u>Outros Rendimentos:</u>		
Aluguer espaço/ATMS	41.870,60	9.734,13
Reembolso despesas	426,58	
Ganhos Extraordinários	9.641,00	814,83
Total	48.227,57	9.245,17

16. Custos com o Pessoal

Em 31 de dezembro de 2018 a composição dos Custos com o Pessoal era a seguinte:

Custos com o Pessoal	Ano de 2018	Ano de 2017
Remuneração O. Sociais	12.014,28	13.865,00
Remunerações Empregados	80.081,89	68.796,55
Encargos Sociais s/Remun.	18.870,67	17.618,79
Seguros Acidentes Trab.	764,93	707,97
Outros Custos	932,61	1.266,33
Total	112.664,38	102.254,64

17. Gastos Gerais Administrativos

Em 31 de dezembro de 2018 a composição dos Gastos Gerais Administrativos era a seguinte:

Gastos Gerais Administrativos	Ano de 2018	Ano de 2017
Água, Energia e Combustíveis	4.917,24	4.205,14
Material consumo corrente	1.035,75	547,92
Material para assistência rep.	526,47	590,27
Material higiene e limpeza	88,33	99,16
Outros fornecimentos terceiros	198,33	1.932,31
Rendas e alugueres	28.601,85	23.586,04
Comunicação	2.559,90	2.824,47
Deslocações e estadas	385,40	3,66
Publicidade	515,42	538,17
Conservação e reparação	1.661,78	2.310,31
Seguros	1.869,84	934,50
Contencioso e notariado		25,00
Serviços especializados	7.680,12	5.643,63
Total	50.040,43	43.240,58

18. Amortizações do Exercício

Durante o exercício de 2018 foram efetuadas as seguintes Amortizações do Ativo Tangível e Intangível:

Amortizações	Ano de 2018	Ano de 2017
Amortizações Ativos Tangíveis	4.831,15	4.472,93
Amortizações Ativo Intangíveis		598,95
Total	4.831,15	5.071,88

19. Resultados antes de impostos e Impostos correntes

Os resultados antes do apuramento do Imposto Corrente sobre os Lucros (IRC) são de (203,13) euros.

Impostos Correntes

O imposto corrente sobre o lucro do exercício de 2018 é de 5.276,04

20. Resultado Líquido do Exercício

Em 31 de dezembro de 2018 a sociedade apresentou um resultado líquido de (5.479,17)

Nos últimos 3 anos a sociedade apresentou os seguintes resultados:

	Ano de 2018	Ano de 2017	Ano de 2016
<u>Resultado Líquido</u>	<u>(5.479,17)</u>	<u>38.263,01</u>	<u>44.761,01</u>
<u>RAI</u>	<u>(203,13)</u>	<u>47.959,73</u>	<u>48.188,56</u>
<u>Resultado Fiscal-M.C.</u>	<u>4.406,73</u>	<u>48.291,18</u>	<u>48.188,56</u>
<u>IRC a pagar</u>	<u>5.276,04</u>	<u>9.696,72</u>	<u>3.427,55</u>

21. Eventos Subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras a 31 de dezembro de 2018.

Após o encerramento do exercício e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros fatos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do nº 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

22. Informações exigidas por diplomas legais

Nos termos do Decreto-lei 534/80 de 7 de novembro, a gerência informa que a entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91 de 17 de outubro, a gerência informa que a situação da entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do nº 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o exercício de 2017, a entidade não efetuou quaisquer transações com quotas.

Albufeira, 31 de março de 2019

Responsável pela Contabilidade



Ana Santos

Gerência



Carlos Santos



RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **V.I. AGÊNCIA DE CÂMBIOS, LDA.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 259.913 euros e um total de capital próprio de 183.038 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 5.479 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **V.I. AGÊNCIA DE CÂMBIOS, LDA.** em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião com reservas

A Empresa evidencia nas suas demonstrações financeiras, uma aplicação em instituições de crédito no montante de 55.000 euros, cuja probabilidade de recuperabilidade e realização é muito reduzida. Desta situação, e considerando que a situação de imparidade identificada já transita de período anterior, resulta que as aplicações em instituições de crédito e os resultados transitados encontram-se sobreavaliados nesse montante.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:



- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza



material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Faro, 29 de abril de 2019

Isabel Paiva, Miguel Galvão & Associados,
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

ISABEL PAIVA, MIGUEL GALVÃO & ASSOCIADOS, LDA
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por:

Johnny Viegas Laurencia (ROC n.º 1687)

SROC Inscrita como Auditor na CMVM sob o n.º 20161400

ROC Inscrito como Auditor na CMVM sob o n.º 20161297